



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N.º , DE 2024

(Da Sra. Carol Dartora e Sr. Túlio Gadelha)

Requer a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais para debater os Cinco anos do Crime do Derramamento de Petróleo em 9 estados do Nordeste e 2 do Sudeste no litoral brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, e dos art. 24, inciso III c/c art. 32, inciso XIII, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais para debater os cinco anos do Crime do Derramamento de Petróleo em 09 (nove) estados do Nordeste e 02 (dois) do Sudeste no litoral brasileiro.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

- 1) Representante da Secretaria Geral da Presidência da República (SGP);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2) Representante da Justiça Federal;
- 3) Representante do Ministério do Meio Ambiente/presidente do IBAMA;
- 4) Representante da Universidade Federal da Bahia/UFBA;
- 5) Representantes da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP);
- 6) Representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.

JUSTIFICAÇÃO

Em agosto desse ano se completará cinco anos do crime de derramamento de petróleo, que atingiu os 9 estados do Nordeste e 2 do Sudeste. Esse crime ambiental configurou o maior já ocorrido no Brasil, com o tempo decorrido e a grande dimensão do crime os pescadores e pescadoras artesanais, que foram os principais atingidos, continuam sem justiça social pelos impactos e violações sofridas e o ecossistema ainda sofre as consequências dessa tragédia.

Considerando que toda biodiversidade dos territórios pesqueiros foi impactada negativamente e este impacto afeta a reprodução do modo de vida dos Povos das Águas, pois são desses espaços que historicamente são retirados os meios necessários para a vida material e simbólica das pescadoras e pescadores artesanais, o vazamento prejudicou imensamente as condições de saúde nas comunidades tradicionais pesqueiras.

O cenário é doloroso e continua afetando as comunidades tradicionais pesqueiras que geralmente são de origem negra e indígena. Injustiça, impunidade e silenciamento são as marcas dessa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

tragédia crime caracterizando racismo ambiental. A CPI do Petróleo que tinha como objetivo investigar as origens do crime, avaliar as medidas tomadas pelos órgãos competentes, apurar as responsabilidades pelo vazamento, além de propor ações para mitigar e reverter os danos, assim como a ocorrência de novos eventos desse tipo, foi encerrada em abril de 2021 sem as devidas conclusões e respostas.

Nesse cenário de tragédia que provocou fome, adoecimento físico e mental e contaminação de ecossistemas, parte do governo brasileiro ignora essa realidade contraditoriamente impulsiona as rodadas de licitações para expansão da exploração de Petróleo e Gás no Brasil e estimula o licenciamento para prospecção em áreas extremamente sensíveis como na foz do rio Amazonas e em áreas diretamente atingidas pelo derramamento de 2019, a exemplo da foz do rio São Francisco.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 2024.

Carol Dartora

Deputada Federal – PT/PR

Túlio Gadêlha

Deputado Federal – REDE/PE





Requerimento de Audiência Pública (Da Sra. Carol Dartora)

Requer a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais para debater os Cinco anos do Crime do Derramamento de Petróleo em 9 estados do Nordeste e 2 do Sudeste no litoral brasileiro.

Assinaram eletronicamente o documento CD242469962600, nesta ordem:

- 1 Dep. Carol Dartora (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Túlio Gadêlha (REDE/PE)

